

Plenário aprova MPs e retoma pauta de votações

- Deliberação sobre salário mínimo de R\$ 240 é concluída com rejeição de emendas que visavam aumentar esse valor
- Aprovação do Fundo Seguro-Safra alivia situação de pequenos agricultores do Nordeste atingidos pela estiagem
- Regulamentação de propaganda de cigarros em eventos esportivos provoca debate entre senadores
- No exame de indicações para diversos cargos, um fato raro: nome escolhido por Lula para a ANP foi rejeitado

Rosevelt Pinheiro



DESBLOQUEIO. Senado conseguiu liberar a pauta, aprovando medidas provisórias e indicações de autoridades

Após três semanas com a pauta obstruída, o Plenário concluiu ontem a votação do projeto de conversão da medida provisória que estabelece em R\$ 240 o valor do salário mínimo. Também foram aprovadas duas outras MPs – a do Seguro-Safra e a da propaganda de cigarros –, permitindo a retomada do ritmo normal de votações. Com isso, ontem mesmo os senadores apreciaram oito mensagens do presidente da República indicando nomes para diversos cargos, e houve uma surpresa: a rejeição do escolhido por Lula para integrar a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, o engenheiro e ex-deputado Luiz Alfredo Salomão. Hoje, o Senado deve votar medida provisória que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes.

Páginas 3 e 4

Proteção ao fiador passa na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que garante proteção legal ao fiador contra a possibilidade de penhora de sua moradia em caso de inadimplência do locatário. A proposta será agora votada em Plenário.

Página 7

Reforma do Judiciário entra na convocação

O Congresso Nacional discutirá na convocação extraordinária de julho as reformas tributária, da Previdência e do Judiciário. O anúncio será feito hoje, às 10h, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a líderes partidários. A pauta deve incluir também projetos que restringem o uso de armas, vetos e MPs.

Página 5



ACORDO. Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha (E), discutiram ontem com Lula a pauta da convocação

Fernando Bezerra: empresários querem mudanças para desonerar a produção

Página 8

TV digital deve utilizar peças nacionais

Especialistas e representantes do governo concordaram ontem, durante audiência pública no Senado, que a TV digital a ser implantada no país deve ter componentes tecnológicos nacionais, independentemente do padrão que venha a ser escolhido. A indústria está preparada.

Página 6

Paim recebe autora de livro sobre racismo

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem a escritora Renata Malta Vilas-Bôas, que presenteou o senador com um exemplar de sua obra *Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade*.

O livro é o resultado de um estudo sobre o chamado sistema de cotas – que reserva percentual de vagas em universidades e órgãos públicos para afro-descendentes. Além das ações afirmativas, aborda também em profundidade a questão do preconceito disfarçado contra os negros.

Paim elogiou a iniciativa de Renata, afirmando que o livro é “oportuno”, e citou projeto de sua autoria que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Em tramitação na Câmara, a proposta deve chegar ao Senado este mês.

O senador explicou que o projeto agrupa todas as propostas que visam à implantação de ações afirmativas em favor dos afro-descendentes.

Senado aplaude reportagem sobre drogas

O Senado encaminhará voto de aplauso ao jornal *O Globo* e à jornalista Cristiane de Cássia, autora da matéria “Campanha antidrogas já conscientiza usuários”, publicada na edição do último domingo. Autor do requerimento propondo a homenagem, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou o caráter esclarecedor da reportagem e o estímulo à prática do combate ao tráfico de entorpecentes.

Agenda



Voto facultativo em exame no Plenário

Na sessão de hoje, às 14h30, os senadores devem votar a medida provisória que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes e discutir diversas propostas de emenda à Constituição (PECs), inclusive a que torna o voto facultativo e o que inclui a razoabilidade entre os princípios que regem a administração pública.

Sarney recebe manifesto da indústria sobre reforma tributária

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, a embaixadora da Romênia, Monica-Mariana Grigorescu; às 18h, a audiência é com Edson Nunes, presidente do Conselho Nacional de Educação; e às 18h30, o deputado federal Armando Monteiro, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, acompanhado de diretores da CNI, entrega a Sarney um manifesto sobre a reforma tributária.



CFC discute remessa ilegal de dólares

A pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acompanhado do diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda (ambos na foto), comparece à Comissão de Fiscalização e

Controle (CFC), hoje, às 10h30, para prestar esclarecimentos sobre remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas CC-5. O mesmo assunto é objeto de CPI do Congresso instalada na semana passada.

Infra-Estrutura avalia gestão das agências reguladoras

A gestão administrativa, financeira e de recursos humanos das agências reguladoras (Aneel, ANA, Anatel etc.)

será o tema de audiência pública a ser realizada hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O requerimento de realização do evento foi apresentado pelo presidente da comissão, senador José Jorge (PFL-PE).

Exploração sexual de crianças em debate

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI), criada para investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país, realiza, às 14h, reunião para discutir a agenda dos trabalhos e votar requerimento que solicita a inclusão da CPI na pauta de convocação do Congresso Nacional no período do recesso parlamentar.



CPI escolhe dirigentes

Após a ordem do dia do Plenário, será realizada a eleição do presidente, do vice-presidente e do relator da CPI do Congresso que vai investigar a remessa ilegal de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior, por meio das chamadas contas CC-5. A CPI do Banestado foi criada na semana passada.

Frente Parlamentar

Para receber sugestões e definir as diretrizes para a sua agenda de trabalho, a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado Federal, coordenada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), realiza reunião, às 9h, na Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



HOMENAGEM. Tuma registrou a passagem do Dia da Marinha, no último dia 11 de junho

Tuma exalta o heroísmo da Marinha

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou a passagem do Dia da Marinha, ocorrido no último dia 11. Ele disse que a data comemorativa ressalta feito heróico de marujos brasileiros na Batalha do Riachuelo (1865), na Guerra do Paraguai, quando a esquadra brasileira, sob o comando de Francisco Manuel Barroso da Silva, derrotou a esquadra paraguaia, que era comandada por Pedro Inácio Meza.

– O comandante da esquadra brasileira, o Visconde de Tamandaré, havia destacado duas divisões navais, para, sob o comando do chefe-de-divisão Barroso, participarem da retomada de Corrientes, à margem esquerda do Rio Paraná. Concluída a retomada, os navios fundearam algumas milhas rio abaixo. Aí foram atacados e triunfaram – contou o senador.

Segundo Tuma, o sucesso brasileiro nessa batalha foi um feito decisivo para os rumos da guerra contra as forças de Francisco Solano Lopez, “porque impediu a invasão paraguaia da província argentina de Entre Rios e cortou a marcha até então triunfante do inimigo”.

O senador disse ainda que não há como falar da Batalha do Riachuelo sem enaltecer a figura de Francisco Manuel Barroso da Silva, nascido em Lisboa e que veio para o Brasil aos cinco anos de idade, formou-se pela Academia da Marinha do Rio de Janeiro em 1821 e participou das campanhas navais do Rio da Prata de 1826 a 1828 e do Pará, em 1836.

– Seu gênio estrategista revelou-se na Batalha do Riachuelo, mas sua ação vitoriosa prosseguiu em Passos da Pátria, Mercedes, Cuevas, Curuzu e Curupaiti.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ORDEM DO DIA

Emenda de Paulo Paim ao projeto permitirá que aposentados e pensionistas recebam benefícios até o quinto dia útil de cada mês a partir de abril do próximo ano

Senado aprova salário mínimo de R\$ 240

O Senado aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória que aumenta o salário mínimo para R\$ 240, que bloqueava a pauta de votações há três semanas. O valor proposto pelo governo estava aprovado, mas faltava votar duas emendas – uma do PFL, apresentando o valor de R\$ 260, e outra do PSDB, que propunha R\$ 252. A rejeição das duas emendas implicou a aprovação da proposta original do governo. O projeto de conversão vai à sanção presidencial. O aumento do salário mínimo de R\$ 200 para R\$ 240 corresponde a uma aplicação de 18% de reajuste e 1,695% de aumento real.

Para que a votação continuasse, o PFL e o PSDB concordaram em abrir mão do processo de obstrução que haviam iniciado, em protesto contra a proibição regimental de que todos os senadores, individualmente,



NEGOCIAÇÃO. Votação da MP só prosseguiu ontem porque PFL e PSDB desistiram da obstrução

encaminhassem a votação. A proposta do PFL, de R\$ 260, foi rejeitada por 32 votos contrários, 21 a favor e 1 abstenção. A do PSDB, de R\$ 252, perdeu por 32 votos contrários, 22 favoráveis e 1 abstenção.

O senador Paulo Paim (PT-

RS) conseguiu incluir na MP original a garantia de que o pagamento dos aposentados e pensionistas passará a ser feito até o 5º dia útil de cada mês a partir de abril do ano que vem. Paim também teve aprovada a proposta de unificação

das datas-base do aumento do salário mínimo e do servidor público, para o dia 1º de maio de cada ano. Segundo ele, as duas emendas foram negociadas com a equipe econômica e representam uma antiga reivindicação tanto de aposenta-

dos quanto de sindicatos de trabalhadores.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que o superávit fiscal atinge R\$ 50 bilhões, permitindo o aumento que seu partido apresentou. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o presidente Lula da Silva não vai cumprir a promessa de dobrar o valor real do salário mínimo em seus quatro anos de governo.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, respondeu que, no último debate eleitoral, o então candidato do PSDB, ex-senador José Serra, prometera um mínimo de R\$ 220, menor, portanto, do que o proposto por Lula. Mercadante disse ainda que o valor de R\$ 240 foi exaustivamente negociado com todos os líderes partidários durante o processo de votação do Orçamento para 2003.

Sete autoridades têm indicações confirmadas

O Senado aprovou por 52 votos a favor, 10 contrários e 2 abstenções o nome do subprocurador da República Cláudio Lemos Fonteles para o cargo de procurador-geral da República. Ainda foi aprovado o nome do ex-deputado e ex-presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB Paes de Andrade para o cargo de embaixador do Brasil em Portugal, por 55 votos favoráveis e 8 contrários.

Também aprovados pelo Senado a indicação de Afonso Santana Bevilacqua para a Diretoria de Política Econômica do Banco Central e de Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo para a Diretoria de Assuntos Especiais, ambos por 54 votos a favor, 8 contra e 2 abstenções.

Os nomes de Maria do Carmo Martins Lima para diretora-geral da Agência Nacional de Desenvolvimento da Amazônia; e de Djalma Bezerra de Melo e Georgett Motta Cavalcante para diretores do órgão, também foram aprovados.

Agricultor do Nordeste poderá receber R\$ 700 se perda da safra chegar a 50%

Projeto de conversão de medida provisória destinada a aliviar a situação financeira dos pequenos agricultores do Nordeste que perderem suas plantações durante estiagens foi aprovado ontem no Plenário. Os produtores receberão R\$ 700 se ficar comprovado que houve perda de pelo menos 50% da safra.

Trata-se de projeto de conversão que modifica a lei que instituiu o Fundo Seguro Safra, no governo passado, com o mesmo objetivo. O Congresso decidiu incluir os plantadores de mandioca no Seguro Safra, ao lado dos produtores de arroz, milho, feijão e algodão.

Para isso, os agricultores terão de contribuir anualmente com até R\$ 7 para o fundo, que agora se chamará Fundo Garantia-Safra. O município participará com 3%, o estado com 7% e a União com 20%. Se no ano em que ocorrer estiagem não houver dinheiro suficiente no fundo, o governo federal antecipará verbas do Orçamento para esse pagamento.

A relatora do projeto de conversão foi a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que consi-

derou as mudanças importantes para a sobrevivência das famílias que perdem plantações nas secas. Ela destacou que a safra 2002/2003 dos pequenos agricultores ainda poderá ser "segurada", mesmo já plantada, desde que eles paguem sua contribuição até 30 dias depois da publicação das mudanças, o que ocorrerá nos próximos dias.

Ampliação

Durante a votação, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) tentou ampliar o número de culturas beneficiadas, mas foi derrotada, apesar de ter recebido apoio do PFL e do PSDB. No mês passado, durante a discussão do assunto em comissão mista de senadores e deputados, o relator da proposta na Câmara, deputado Benedito de Lira (PP-AL), havia aceitado emenda da senadora alagoana, incluindo no programa os plantadores de mandioca.

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, considerou descabido que um produtor de maracujá não possa receber o benefício, enquanto seu vizinho, que plantou milho, terá



RELATORA. Patrícia Saboya disse que mudanças no projeto atenderão a mais famílias

direito aos R\$ 700, em caso de perdas por estiagem. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), sustentou que, "por enquanto", o governo não tem dinheiro para estender o benefício a qualquer outra cultura.

O Fundo Garantia-Safra só assegurará o dinheiro às famílias dos agricultores que tenham renda inferior a um salário mínimo e meio (R\$ 360) por mês, e a plantação não poderá ultrapassar os 10 hectares. Se for área irrigada, o produtor também não terá o benefício do fundo.

Plenário rejeita indicação para diretoria da ANP

O Plenário rejeitou ontem a indicação, feita pelo presidente da República, do engenheiro Luiz Alfredo Salomão para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP), fato incomum na história da Casa.

Com a decisão, por 40 votos a 23, o presidente terá que enviar uma nova mensagem determinando outra pessoa para a direção do órgão, que é encarregado da regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas da indústria do petróleo.

A designação de Salomão para a ANP foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura no dia 13 de maio. A decisão surpreendeu os senadores dos partidos do governo.

– Não consigo atinar as razões desta decisão. Ainda mais se tratando de homem de competência e honradez reconhecidas – comentou Roberto Saturnino (PT-RJ).

Salomão foi deputado por dois mandatos pelo PDT do Rio de Janeiro.

ORDEM DO DIA

Propaganda de cigarro em esporte é aprovada

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que adia, para 30 de setembro de 2005, a vigência da proibição legal de veiculação de propaganda de cigarros e outros produtos derivados de tabaco em eventos esportivos internacionais realizados ou organizados por instituições estrangeiras que não tenham sede fixa em um único país. A matéria teve como relatora a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e segue agora para sanção presidencial.

A senadora argumenta em seu parecer que o atual governo "agiu corretamente" ao editar essa medida provisória, motivada por proibição imposta pela Lei nº 10.167/2000 à propaganda do cigarro e demais derivados de tabaco nos meios de comunicação. A proibição inviabilizaria a etapa brasileira do Grande Prêmio de Fórmula 1, em São Paulo, realizada em abril último, já que os fabricantes de cigarros são os principais patrocinadores das equipes de automobilismo e têm suas marcas divulgadas durante a

transmissão das corridas pela televisão.

– A Federação Internacional de Automobilismo chegou a ameaçar a retirada do evento de nosso país devido à restrição da propaganda de cigarros – recordou. Além de garantir a realização da corrida no país, "com repercussão na divulgação do Brasil no exterior e no incremento do turismo", Fátima observou que essa MP alinhava a realidade brasileira à da comunidade européia, onde restrição equivalente deverá vigorar a partir de 31 de julho de 2005.

Fátima Cleide assinalou, entretanto, a preocupação do governo federal e do Congresso Nacional em amenizar as desvantagens oriundas dessa permissão de propaganda. Nesse sentido, o projeto obriga as emissoras a veicularem mensagens escritas e orais, no início e no final do evento e a cada 15 minutos de transmissão, advertindo sobre os malefícios causados pelo cigarro. Também torna expressa a proibição de venda desses produtos para menores de 18 anos.

Discussão da MP causa polêmica no Plenário

Senadores divergiram da medida provisória que transfere para 2005 a proibição de fumo em eventos esportivos internacionais televisionados para o país. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) chegou a apresentar emenda, rejeitada pelo Plenário, para estender a medida à propaganda de bebidas alcoólicas.



Heloísa defende proibição de anúncio do álcool

de social" que propicie avanços na política de controle do fumo e da bebida alcoólica.

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o país demonstrou fragilidade nas esferas jurídica e institucional "ao mudar a lei ao sabor dos lobbies internacionais". O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu adiamento da discussão sobre o álcool até que a comissão interministerial criada para estudar o assunto ofereça, em 90 dias, um projeto de política consistente.

José Agripino (PFL-RN) classificou a medida provisória de casuística, e, por tratar exclusivamente da propaganda de cigarro, considerou inadequado inserir no texto da matéria a questão da bebida alcoólica.

Arthur Virgílio aponta morosidade do governo

■ Para o senador, o país "está parando" e a redução de 0,5% na taxa de juros foi apenas "simbólica"

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), voltou a cobrar resultados das ações anunciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação do senador, "o governo é inexistente no administrativo, não toca projetos nem executa planos". O líder tucano também afirmou que o país "está parando", tachando de simbólica a recente redução de meio ponto percentual operada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na taxa de juros.



DESEMPREGO. Presidente não cumpre promessa de campanha, afirma Arthur Virgílio

Durante discurso ontem em Plenário, Arthur Virgílio recorreu a matérias jornalísticas para respaldar seus argumentos. Para ilustrar a demora na implementação de ações governamentais, citou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*

que classificou o programa Fome Zero como "paradigma de gestão incompetente". Sobre o compromisso de campanha de Lula de gerar 10 milhões de empregos em quatro anos, comentou reportagem do jornal *O Globo* que aponta a existência de quase 500 mil desempregados na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Quanto à redução de 26,5% para 26% na taxa básica de juros, destacou reportagem da revista *Veja* afirmando que a medida só surtirá efeitos na economia se o Banco Central "aumentar a dose nos próximos meses". Ele disse que "o excesso de cautela do Banco Central [em relação aos juros] pode se reverter em ponto negativo para o país".

Demostenes: Lula queima seu capital político

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) criticou diversos pronunciamentos do presidente da República desde sua posse. Para o parlamentar, Lula "está queimando o seu capital político em um falatório estabonado, às vezes vulgar, e de excessivo apelo à pessoa", devido "à falta de resultados palpáveis do conjunto do governo".

– Patrono de um discurso monocórdio, que sevcia o óbvio para esposar a deselegância, o senhor presidente imagina solver os graves problemas nacionais lançando mão do lugar-comum – disse o parlamentar.

Demostenes abriu seu pronunciamento ontem com uma citação do escritor italiano Umberto Eco: "Bem-



CONTINUIDADE. Governo repete "Brasil do possível" de Fernando Henrique, critica Demostenes

aventurado aquele que chegou à ignorância além da qual não pode continuar". E finalizou lembrando Abelardo Barbosa, o Chacrinha, cuja ética, para o senador, é atendida nas frases de Lula: "Não explicam coisa alguma e con-

fundem bastante, o que é impróprio a um governante que gerencia a grandeza e a diversidade do Brasil".

O senador observou que Lula "é encarregado de fazer, a cada dia, o ganha-pão político de um *establishment* delirante".

– Movido por intenções ambíguas, o governo tem vergonha de admitir que não há muito o que se fazer além do "Brasil do possível" de Fernando Henrique, mas não apresenta alternativas de desenvolvimento – disse.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou que a burocracia venha tomando conta das ações governamentais, "desviando a boa intenção do senhor presidente".

"Casamento da roça" no Senado

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) promoveu ontem uma festa em homenagem a São João, em frente ao Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, com direito a forró, quadrilha e "casamento da roça". O evento teve a participação de vários senadores, jornalistas e funcionários da Casa. O presidente José Sarney também compareceu ao evento.



Senadores espanhóis querem fortalecer laços com o Brasil

Quatro parlamentares espanhóis integrantes da Comissão dos Assuntos Ibero-Americanos do Senado espanhol visitaram ontem o presidente da Casa, José Sarney. Eles defenderam o fortalecimento da integração entre os povos da Península Ibérica e da América Latina. Também demonstraram interesse pelo futuro do país e apoio ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Turismo

O presidente do Senado também recebeu os ministros de Turismo dos países que integram o Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, além do Peru, que participou como convidado especial.

Segundo o ministro brasileiro do Turismo, Mares Guia, a visita foi uma homenagem a Sarney por ele ter iniciado, quando presidente da República, a criação do Mercosul.



ENCONTRO. José Sarney (D) recebe o senador espanhol Luís Fraga

Lula anuncia hoje convocação extraordinária do Congresso

■ Pauta deve incluir as propostas de reforma, inclusive a do Judiciário, segundo José Sarney

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reunirá os líderes partidários hoje, às 10h, no Palácio do Planalto, para anunciar a convocação extraordinária do Congresso Nacional e as matérias que submeterá a votação. Sarney deu a informação ontem ao retornar, com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, de almoço com o presidente da República, no Palácio da Alvorada.

O presidente do Senado afirmou que, embora ele e João Paulo estivessem dispostos a

fazer a convocação, a preocupação do presidente Lula com a aprovação das reformas tributária e previdenciária o levou a tomar a iniciativa.

– O presidente, preocupado com as reformas, disse que é essencial que o Congresso esteja reunido no mês de julho, para que não perca tempo nessas votações.

A pauta da convocação deve incluir também a reforma do Poder Judiciário, que há alguns anos aguarda votação no Senado, "até porque é da maior importância para o país", segundo José Sarney.

Devem ser votados ainda projetos que combatem a violência, como o do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que proíbe o porte de armas, além de vetos presidenciais e medi-

das provisórias (MPs) editadas antes das regras atuais de tramitação.

Questionado sobre o funcionamento da CPI mista do Baneestado no período de convocação extraordinária, Sarney explicou que, se o Congresso vai funcionar, é tradição que sejam incluídas na pauta todas as matérias que estão em tramitação.

Quórum

Sobre a falta de quórum para votação nas duas últimas sessões plenárias da Câmara, o deputado João Paulo Cunha respondeu que o fato de não ter havido número suficiente de deputados "não prejudicou em nada a tramitação das reformas", visto que já estava prorrogado o prazo de apresentação de emendas às propostas.

Benedita pede apoio a projetos sobre assistência

O presidente do Senado, José Sarney, conversou ontem, em seu gabinete, com a ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva. O objetivo da visita, disse a ministra, foi pedir o apoio do Legislativo para os projetos de lei referentes à assistência social. Benedita defendeu a aprovação, em especial, do projeto de lei que cria o Estatuto do Idoso. Ela afirmou também que espera participar, nos próximos meses, de seminários e debates no Senado e na Câmara dos Deputados sobre propostas para a assistência social.

Lúcia Vânia destaca ações do governo FHC

Ao lembrar o 15º aniversário de fundação do PSDB, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou a obra desenvolvida pelo partido nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo disse, o governo do PSDB foi "alvo da oposição cega" que inviabilizou a aprovação das reformas no Congresso, projetos que hoje "a oposição de ontem defende com intransigência".

– Como a história é boa conselheira, vemos com indulgência as antigas bandeiras do PSDB nas mãos dos que defendem o atual governo.

Lúcia Vânia afirmou que o partido contribuiu decisivamente para tirar o Brasil da crise e dar rumo ao país, ao consolidar a democracia.

Aplauso a centro de combate ao câncer no Piauí

O Senado encaminhará voto de congratulações à Sociedade Piauiense de Combate ao Câncer (SPCC) pelo seu 50º aniversário, que será comemorado sexta-feira. Ao requerer a homenagem, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu maior valorização dos médicos especialistas. Ele criticou o modelo de saúde adotado pelo Brasil, que privilegia o médico de família, que é generalista.

– Muitos médicos estão abandonando suas especialidades porque os programas de saúde familiar estão remunerando melhor. A saúde pública brasileira está valorizando esse modelo importado de Cuba. Esse sistema não poderia ser transportado para um país continental como o Brasil.



Lúcia Vânia: PSDB foi "alvo da oposição cega"



Mão Santa é autor do requerimento para a homenagem

AUDIÊNCIA

Subcomissão da Criança debaterá com Ibañez a reforma do ensino médio

A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude aprovou ontem requerimento convidando o secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, Antonio Ibañez, para audiência pública sobre a reforma do ensino médio. A audiência será em 13 de agosto, conforme o requerimento apresentado pelos integrantes do colegiado. A presidente do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), esclareceu que, em consequência do lançamento do programa Primeiro Empre-

go, pelo governo federal, a subcomissão foi levada a modificar seu cronograma, que previa o debate sobre juventude e segurança nessa fase de atividades.

– A reforma do ensino médio separou o ensino formal do ensino profissionalizante, mas há grande resistência de alguns estados para adotar a medida. O momento é oportuno para abriremos uma discussão mais ampla sobre o assunto – disse a senadora. Como Lúcia Vânia foi eleita presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), os

membros da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude terão de escolher outro nome para substituí-la. A relatora da subcomissão, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), indicou a vice-presidente do colegiado, Roseana Sarney (PFL-MA), para o cargo, "inclusive por se tratar de uma pessoa que já tem a experiência de ter governado um estado", justificou. Patrícia Saboya e Lúcia Vânia manifestaram a intenção de que a mudança na presidência seja feita sem a interrup-



Antonio Cruz/ABR

MUDANÇAS. Antonio Ibañez deve apresentar as propostas do governo

ção das atividades do colegiado. A senadora Patrícia Saboya, inclusive, informou que pretende entregar o relatório final dos trabalhos da subcomissão dentro do prazo regimental, de seis meses, que se encerra em novembro próximo.

TV DIGITAL

Especialistas ouvidos em audiência pública na Comissão de Educação afirmam que, independentemente do padrão escolhido, é necessário que a TV digital tenha componentes tecnológicos brasileiros

Tecnologia nacional deve ser valorizada

Durante audiência pública conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, ontem, o diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Jorge da Cunha Lima, defendeu a necessidade de haver componentes tecnológicos nacionais nas televisões digitais, independentemente da escolha tecnológica determinada. Essa também é a posição do Ministério das Comunicações.

Para Cunha Lima, líder de uma associação de 21 emissoras que compõem a rede pública, a escolha entre os modelos tecnológicos disponíveis, além de técnica, é também uma questão política. "É uma decisão muito importante, porque envolve a vida de milhões de pessoas", afirmou. De qualquer forma, frisou, seja qual for o



DEBATE. Senadores e especialistas avaliaram, em audiência pública, os diversos aspectos da implantação da TV digital no Brasil

modelo, não pode pegar as emissoras públicas "no estado de indigência em que estão".

Outro ponto que ele ressaltou foi a importância de se oferecerem à população condições de acesso à TV digital multimedial, por meio da televisão gratuita. Além disso, observou, o governo precisa escolher um modelo com capacidade de ab-

sorção pelo mercado. "Isso é definição política de cronograma de acessibilidade ao privilégio tecnológico", destacou.

O subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações, Marcos Dantas Loureiro, adiantou que qualquer padrão escolhido terá que ser adaptado ao Brasil. Segundo o

representante do governo, os programas de computador usados farão essa adaptação à realidade nacional. Provavelmente, disse, essa tecnologia de *software* será desenvolvida no país, o que gerará emprego e poupará *royalties*.

O subsecretário afirmou que ainda não há nada definido em relação aos padrões, e assinalou que há preocupação de manter a gratuidade na televisão digital. "Mas não podemos ter ilusões, pois muitos serviços serão pagos", disse.

O representante do Ministério das Comunicações lembrou que a TV aberta é a tecnologia de maior penetração cultural no Brasil, atingindo 57 milhões de residências. Para ele, enquanto não se completar a transição, será preciso garantir as transmissões pelo sistema analógico, pois muitas pessoas terão dificuldades financeiras de aderir a nova tecnologia.

Indústria tem condições de produzir novos aparelhos

A indústria brasileira está preparada para colocar aparelhos de televisão digital no mercado um ano e meio após a definição do modelo tecnológico a ser adotado pelo país, disse ontem o diretor-presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), Paulo Saab. Ele participou de audiência pública sobre o tema patrocinada pela Comissão de Educação e pela Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, ligada à própria CE.

Paulo Saab informou que cada empresa do setor vai desembolsar cerca de US\$ 1 milhão por ano para a fabricação dos novos aparelhos. E chegou a condicionar o sucesso da TV digital, entre outros fatores, à venda de aparelhos em larga escala a um custo viável e à transmissão pelas emissoras de programação de boa qualidade. Com isso, observou, os consumidores seriam atraídos para o novo sistema.

O diretor de tecnologia da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (Abta), Antônio João Filho, ressaltou que grande parte da TV paga no país já

opera utilizando o sistema digital, oferecendo programação de qualidade, aliada a boa tecnologia de som e imagem. Ele informou que a TV por assinatura já ultrapassa 3,5 milhões de espectadores e, desse total, 70% pertencem à classe A.

O presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV), Nelson Hoineff, disse que o maior problema da entrada em operação da TV digital no Brasil não está na nova tecnologia, mas no conteúdo, ou seja, a programação da nova televisão, incluindo a interatividade. Ele lembrou que, desde a implantação no país da TV por assinatura, há 12 anos, o Brasil não foi capaz de criar uma rede independente de qualidade.

Com relação à TV aberta, Hoineff estranhou que, apesar de a população brasileira ser uma das maiores consumidoras de programação televisiva do mundo, o país apareça nas estatísticas como o que menos realiza produção. Ele afirmou que a produção regional se aproxima do zero, o que considerava um absurdo.

Qualidade da programação atual preocupa senadores

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) mostrou-se preocupado com o processo de implantação da televisão digital no Brasil, durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática. Apesar de deixar claro que não é contrário ao sistema, o senador afirmou que, antes de o país adotar a nova tecnologia, seria necessário "salvar a televisão brasileira, melhorar a programação, aumentar e dar maior qualidade à produção nacional".

Hélio Costa também defendeu proposta de sua autoria, em tramitação no Senado, que cria a TV Brasil Internacional. A seu ver, essa TV funcionaria como uma espécie de cartão de visitas do país, a exemplo do que ocorre com a rede britânica BBC. A nova emissora, observou o senador de Minas Gerais, além de colocar o Brasil em evidência no exterior, geraria mais empregos

e fortaleceria as TVs educativas.

O diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, Jorge da Cunha Lima, classificou a sugestão do senador de "consistente", mas lembrou que a Rede Globosat já está presente no exterior. Ele defendeu a criação da TV Latina, que iria ao ar em português e espanhol.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que junto com Demostenes Torres (PFL-GO) foi autor do requerimento para a realização da audiência pública, disse que o "massacre cultural e a baixa qualidade da programação da TV brasileira chegam a ser impressionantes", razão pela qual pregou melhoria no conteúdo. Cabral se mostrou preocupado também com a baixa audiência da TV a cabo, apesar de a produção independente de alguns canais ser de excelente qualidade.

SÉRGIO CABRAL



O massacre cultural e a baixa qualidade da programação da TV brasileira chegam a ser impressionantes.

DEMOSTENES TORRES



Causa preocupação a falta de produção local de programas. Quanto ao modelo de TV digital, deve ser o da viabilidade.

IRIS DE ARAÚJO



É preciso atentar para o risco de a criação de um padrão próprio levar o Brasil ao isolamento tecnológico.

EDUARDO AZEREDO



É necessário melhorar a qualidade da programação de TV, evitando a erotização precoce e o excesso de violência.

ROBERTO SATURNINO



Esta audiência, a quarta sobre o assunto, foi a mais esclarecedora e permitiu debater temas de grande importância.

GERSON CAMATA



Na tentativa de criar um padrão próprio, o país pode recair no "padrão único no mundo", como se tornou o Pal-M.

HÉLIO COSTA



É necessário salvar a TV brasileira, melhorar a programação, aumentar e dar maior qualidade à produção nacional.

Aprovada proteção à moradia do fiador

Agroindústrias poderão ganhar anistia

Com base em relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, parecer favorável ao projeto da Câmara que anistia as agroindústrias do pagamento da diferença entre a contribuição previdenciária efetuada entre abril de 1994 e abril de 1997. O projeto propõe a extinção desses créditos e também das parcelas recolhidas sobre o valor estimado da produção agrícola, cujo cálculo foi baseado na Lei nº 8.870, de 1994, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A matéria segue para análise do Plenário.

A pedido do relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), foi retirado de pauta o projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que institui medidas para reforçar a atuação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Autor de voto em separado favorável à matéria, Osmar Dias reclamou que o governo federal vem solicitando o adiamento de propostas sob o argumento de que os órgãos públicos precisam avaliar os impactos das medidas.

Na presidência da CAE, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) se comprometeu a incluir a proposta como primeiro item da pauta da próxima reunião. Mesquita Júnior disse que, até lá, espera dirimir as dúvidas com técnicos do governo e apresentar um relatório que obtenha consenso entre os senadores da comissão.

Waldemar Rodrigues



PROTELAÇÃO. Osmar Dias reclama do adiamento de propostas do governo



REAJUSTE. A CAE aprovou ontem o projeto do governo que concede aumento de 1% para os servidores

Abono recebe parecer favorável na CAE

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de aprovarem, ontem, o reajuste do funcionalismo, acolheram parecer do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) favorável a concessão do abono de R\$ 59,87 aos servidores federais. O projeto, que institui essa vantagem pecuniária a partir de 1º de maio último, já aprovado pela Câmara, deve ainda ser submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O abono será pago cumula-

tivamente com as demais vantagens que compõem a remuneração do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outro benefício. Ele será incorporado à remuneração, já que sobre o abono incidirão as revisões gerais e anuais de reajuste dos funcionários da União. Os aposentados e os pensionistas também terão direito ao abono.

Mesquita Júnior salientou em seu relatório que o projeto provocará aumento de R\$ 675,82 milhões nos gastos de

pessoal da administração pública federal este ano e de R\$ 992,92 milhões em 2004. O senador ressaltou que o custo da folha de pagamento da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o menor desde 1995. Pelos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme o relatório, a despesa com pessoal da esfera pública federal nos quatro primeiros meses de 2003 consumiu 27,3% da receita corrente líquida da União, já deduzidas as transferências a estados e municípios.

Reajuste de servidor passa com urgência

Em regime de urgência, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável, sem emendas, ao projeto de lei de iniciativa do governo que reajusta em 1% a remuneração dos servidores públicos da União, a partir de 1º de janeiro deste ano. A matéria tramita paralelamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deverá examinar hoje as emendas apresentadas pelos senadores.

A medida, observou Garibaldi em seu relatório, vai beneficiar 1,25 milhão de servidores públicos, ativos e inativos. De acordo com a exposição de motivos da proposta, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, o reajuste significa crescimento de R\$ 526 milhões na folha de pagamento do funcionalismo público em 2003 e nos anos subsequentes.

Sem reajuste, folha de pagamento cai desde 1995

Se for aprovado no Congresso, o aumento de 1% será o primeiro reajuste geral concedido aos servidores da União desde 1994. A falta de reajustes fez com que a despesa com o funcionalismo da União caísse, entre 1995 e 2002, para um limite bem inferior aos 50% da receita corrente líquida determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal



Fonte: Boletim de Pessoal / Ministério do Planejamento

O relator esclareceu ainda que o projeto atende aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que o volume de recursos necessários para o reajuste havia sido assegurado na Lei Orçamentária de 2003.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou emenda à CCJ para ampliar o reajus-

te para 4%. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também propôs emenda para que os salários dos servidores recuperem, doravante, o poder de compra, de acordo com o índice de inflação medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

Projeto acolhido na CAE exclui privilégio que a atual legislação assegura a locadores e imobiliárias

Projeto que garante proteção legal ao fiador contra a possibilidade de penhora de sua moradia recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), apresentado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A proposta considera o imóvel como bem de família, no caso de inadimplência do locatário.

– O objetivo da medida é o de excluir privilégio de locadores e de imobiliárias – explicou o relator.

No seu parecer, Garibaldi seguiu posição semelhante à adotada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), recomendando a aprovação do projeto de lei encaminhado pelo então senador Carlos Patrocínio, por entender que sua iniciativa é mais abrangente que a proposição apresentada pelo ex-senador Lauro Campos, a primeira que tratou da questão. As duas propostas estão tramitando em conjunto e devem ser submetidas ainda ao Plenário.

Na justificativa do seu projeto, Patrocínio ressaltou que são poucas as pessoas conhecedoras do risco que correm, quando se tornam fiadores, de ter o seu único imóvel sujeito a penhora. Isto porque nos contratos de locação está prevista a renúncia da segurança legal que protege o bem de família das execuções nos processos de cobrança de aluguéis atrasados.

Mineração

A CAE aprovou também requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) e do senador Efraim Moraes (PFL-PB) pedindo prorrogação, por um ano, do funcionamento da Subcomissão de Mineração. Também foi acolhido requerimento dos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Paulo Octávio (PFL-DF) para prorrogar, pelo mesmo período, a Subcomissão de Turismo.

O exame da proposta de Paulo Octávio que impede a transferência de recursos da seguridade social para outras finalidades foi adiado, por ter sido concedida vista coletiva.

João Alberto registra encontro sobre habitação

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) registrou a realização, no último dia 23 de maio, em São Luís (MA), do Encontro Nacional da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da



Moradia popular é o maior problema, avalia João Alberto

Construção, em conjunto com o Fórum Nordeste da Construção. Segundo o senador, o evento teve o objetivo de mobilizar o setor brasileiro da construção e articular com lideranças políticas uma ação conjunta para a

recuperação do setor.

– As conclusões do evento estão sistematizadas na Carta do Maranhão, entregue dia 11 deste mês ao presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney.

João Alberto alertou para o “gargalo” representado pelo déficit habitacional no segmento da moradia popular.

Utilização de softwares livres recebe apoio

O esforço governamental para a utilização de *softwares* livres – que não exigem pagamento de *royalties* e *copyright* – foi aplaudido ontem em discurso proferido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Para ela, esse propósito deve ser um dos principais projetos do governo Lula.

A parlamentar ressaltou que, apenas em 2002, a União gastou R\$ 125 milhões em sistemas operacionais de computador, dinheiro que poderia ser economizado com a utilização de *softwares* livres. Além disso, acrescentou, esses sistemas têm “uma importância estratégica para a afirmação tecnológica dos países emergentes, caso do Brasil”.

Serys afirmou que o Executivo tem se utilizado da experiência pioneira do hoje ministro das Cidades, Olívio Dutra, quando estava à frente do governo do Rio Grande do Sul.

Bezerra: reforma tributária deve fortalecer produção

Aumento de tributos tem gerado queda na competitividade do setor produtivo, alerta o senador

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) disse ontem que os empresários pretendem lutar por uma reforma tributária que desonere a produção, alargue a base de contribuição e dê competitividade ao produto nacional. O senador, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), lembrou que esses pontos vêm sendo defendidos pelo setor produtivo há sete anos. Ele se disse otimista quanto ao tratamento que o governo dará ao assunto.

– A diferença é que o presidente Fernando Henrique não teve a sensibilidade de permitir que o Congresso discutisse



REGIÕES. Mudança também deve reduzir desigualdades, afirma Fernando Bezerra

ao menos uma reforma que estabelecesse princípios de competitividade. O presidente Lula encaminhou proposta de reforma que, se não é a dos sonhos da sociedade, pelo menos abre a discussão de uma outra estru-

tura tributária – disse.

Fernando Bezerra lembrou que a alta carga tributária tem inviabilizado a presença do produto brasileiro no mercado internacional.

– Nos últimos sete anos, a carga se elevou a uma média de 1% ao ano, aumentando de 27% para 34% (do Produto Interno Bruto) – observou o senador. Ele anunciou que seu partido, o PTB, firmou compromisso de não apoiar qualquer dispositivo da reforma tributária que implique aumento da

carga tributária.

Outro ponto defendido por Bezerra é que qualquer mudança na estrutura tributária a ser votada pela Câmara e pelo Senado permita a diminuição das desigualdades regionais.

Integrantes da CNI entregam manifesto a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje empresários integrantes da CNI, que irão entregar ao senador manifesto sobre a reforma tributária em tramitação na Câmara. O pedido para que Sarney receba a comitiva foi feito ontem pelo deputado Armando Monteiro (PTB-PE), presidente da confederação, que adiantou, em entrevista à imprensa, alguns pontos do documento.

Segundo esclareceu, o texto não representa uma contraproposta ao projeto do governo, mas uma sugestão de correções e aperfeiçoamentos na proposta original. Disse que, além de entregar o manifesto ao senador Sarney, o grupo levará ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, as posições da CNI sobre o tema. Ainda conforme Armando Monteiro, a confederação também

atuará junto aos parlamentares no sentido de emendar a proposta do governo.

A principal crítica dos empresários ao projeto do governo é quanto à tributação sobre a geração de capitais. De acordo com Monteiro, o Brasil é o único país que adota tal prática, o que, na opinião da Confederação Nacional da Indústria, onera todo aquele que faz investimentos.

Iris propõe mutirão para reduzir crise de moradia

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) fez um apelo ao presidente Lula para que estimule a construção de casas populares em sistema de mutirão, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional do Brasil, estimado em 7 milhões de unidades pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Iris citou o programa do governo que dispõe, para 2003, de R\$ 5,3 bilhões para investir em habitação, permitindo a construção de 360 mil moradias. O

sistema de construção em mutirão, afirmou a senadora, poderá “esticar esses recursos”, resultando em número muito maior de casas.

A senadora exibiu vídeo mostrando a experiência do governo Iris Rezende, em Goiás, no início dos anos 80, em que se chegou a construir mil casas populares em um único dia. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) disse que, quando foi empossado governador do Piauí, em 1995, se inspirou no progra-



VANTAGEM. Sistema pode “esticar recursos” destinados a habitação, diz Iris de Araújo

ma de moradias populares de Goiás. João Alberto Souza (PMDB-MA), também em aparte, apoiou o sistema de mutirão para a construção de moradias.



INCENTIVO. Para Serys, iniciativa será “arrancada para a produção da agricultura familiar”

Serys destaca lançamento do Plano Safra

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou o Plano Safra 2003-2004, divulgado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela afirmou ser esse “o maior plano agrícola jamais lançado no Brasil” e que representa “a possibilidade da grande arrancada para a produção da agricultura familiar”.

O programa, informou a parlamentar, destina R\$ 5,4 bilhões para o crédito rural, volume recorde de recursos que possibilitará um incremento de 40% nos contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo ela, serão beneficiados 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, ou 84% dos imóveis rurais do país.

Serys afirmou que já em 15 de julho todos os cadastrados no Pronaf terão o crédito disponível. Destacou que o próprio presidente Lula apressou-se em divulgar o telefone 0800-787000, de chamada gratuita, destinado a receber denúncias e reclamações.

Fome Zero

A senadora deu ênfase ao Pronaf Alimentos, uma linha de crédito para produção de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. O volume de recursos destinados à produção desses cinco itens será 50% maior que o de 2002. A comercialização será feita diretamente com a Companhia Nacional de Abastecimento, mediante preço garantido pelo governo. A produção atenderá a parte da demanda do programa Fome Zero.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o plano significa “a busca de cidadania efetiva para a mão calejada do campo”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Heráclito Fortes e Romeu Tuma e pela senadora Iris de Araújo